

Assembleia de Freguesia de Mondim de Basto

Reunião Ordinária realizada em 21/04/2006

Aos vinte e um dias do mês de Abril de 2006, pelas 21 horas e 30 minutos, no auditório da escola EB 2, 3/ S de Mondim de Basto, reuniu a assembleia da freguesia de Mondim de Basto com a presença dos seguintes elementos: Fernando Ilídio Teixeira, Bernardino Luís G. Cunha Alegre, Lúcio Borges Rodrigues, José Gonçalves Tapado, Luís Manuel Cunha Alegre e Coutinho, Manuel Mário Costa Alves Pereira, Rui Miguel Ferreira Borges e Carlos José Borges da Silva.

Da reunião constava a Seguinte ordem de Trabalhos:

Ponto um – Período antes da ordem do dia;

Ponto dois – Leitura e aprovação da acta da reunião anterior;

Ponto três – Discussão e aprovação de relatório e contas dos meses de Novembro e Dezembro de 2005;

Ponto quatro – Primeira revisão ao orçamento do ano 2006 e plano plurianual de investimento;

Ponto cinco – Actividades desenvolvidas por parte do executivo;

Ponto seis – Outros assuntos de interesses para a freguesia;

Ponto um – antes da ordem do dia.

Aberta a sessão foi lida pelo presidente da mesa a renúncia ao mandato do membro eleito pelas listas do Partido Socialista, António Mário Rodrigues, sendo empossado o membro seguinte, eleito nas listas do Partido Socialista, Lúcio Borges Rodrigues, que após confirmação da sua identidade, assinou o termo de posse.

O presidente da mesa apresentou uma proposta de alteração à ordem de trabalhos com a inclusão do ponto cinco, revertendo o ponto cinco para o ponto seis da convocatória. Proposta aprovada por unanimidade.

De seguida, o membro Rui Borges entregou um requerimento à mesa, solicitando através desta que fosse enviados aos membros do PSD uma listagem das actividades realizadas até ao momento pelo executivo, bem como de todas as pessoas que prestam serviços e respectiva remuneração. Colocou, de seguida, questões referentes ao problema das águas pluviais no cemitério, e aos acidentes que se sucedem na curva de Valinho, intervenções essas prioritárias na sua óptica.

O membro José Gonçalves Tapado questionou o executivo sobre a empreitada iniciada na Sobreira, nomeadamente sobre quem a mandou executar, fases e duração da empreitada. No que concerne à Senhora da piedade, questionou para quando as limpezas naquela área, finalizando com uma pergunta relativa à execução dos passeios em Pedra-Vedra e Vilar de Viando.

O Presidente do executivo, respondendo às questões colocadas, informou que a freguesia mantém a contabilidade na empresa que trabalhava para o executivo anterior, estando as questões jurídicas sob a alçada da doutora Maria João Gandra, a quem se contratualizou uma avença pelos serviços prestados. No que se refere ao topógrafo, o presidente abordou a possibilidade e necessidade de se proceder a um contrato de avença, o que não se verifica no momento.

As questões relativas às águas pluviais no cemitério não são da competência da Freguesia, tendo apresentado a proposta do presidente da câmara no sentido do executivo da Freguesia vir a assumir a competência da gestão do cemitério, proposta

que só seria aceite pelo executivo após devida análise. Ainda no que se refere à solicitação para que se cortasse os pinheiros junto ao cemitério, o Presidente do executivo alegou que só o faria com um pedido por escrito da Câmara, quanto ao acidente na curva de valinho o executivo irá tomar providências e aproveitou para informar o membro José Tapado que relativamente aos passeios contactou o Instituto de Estradas de Portugal para resolução do passeio para peões, além do encharcamento de água, que se verifica, em dias de chuva, junto ao Restaurante da Casa do Lago.

Quanto à área da Senhora da Piedade, salientou que nunca lhe foi dada a merecida relevância, tendo sido apenas feita no passado uma pista de manutenção que está completamente abandonada. No momento, este executivo já reuniu com a Comissão Fabriqueira da Paróquia, tendo em vista a elaboração de um projecto de requalificação desta zona, tendo disponibilizado a jurista da Freguesia para cooperar com a Comissão Fabriqueira. Referiu que a obra da Sobreira foi executada pela Freguesia e entregue a empresa Higino Pinheiro e Irmãos. Justificou os atrasos e a demora na remodelação da sede da Junta pelos incumprimentos sucessivos do empreiteiro, pela derrapagem e necessidade de revisão do orçamento da parte eléctrica, que consumia um terço do custo do projecto, inviável financeiramente, apesar deste ter sido mal elaborado. Perante estes factos e alguns exageros procedeu-se a ajustes, no sentido de salvaguardar a vertente financeira, pois no 1º auto de medição efectuado à obra, verificou-se mais custos nomeadamente na fachada projectada com oito m2, que totalizou na realidade vinte e três m2.

Tomou a palavra o membro **José Tapado** para discordar da má elaboração do projecto e dos custos da obra, quanto à Sobreira, referiu que a obra foi lançada do caminho até a estrada e a população teve que reclamar para que se fizesse o resto. O Presidente do executivo realçou que a reclamação não surgira dos moradores, apenas de um morador da Freguesia de Atei, que pretendia que também pavimentassem junto à moradia de um seu familiar. Atendendo ao pedido e dado que as máquinas estavam no local, este executivo reuniu-se com o presidente da Freguesia de Atei para resolução do problema apresentado, o qual mereceu a sua concordância. Relativamente à questão do boletim informativo colocada pelo membro **José tapado**, o executivo respondeu que um boletim informativo tem custos e trabalhos, merecendo a sua feitura um estudo adequado. O Presidente do Executivo solicitou à jurista, Dr.ª Maria João Gandra que prestasse alguns esclarecimentos aos membros da Assembleia, ao que o membro José Tapado destacou que quando eram oposição não deixaram falar um técnico. A jurista informou que o empreiteiro em relação a obra da sede da junta tem a faca e o queijo na mão, pois no contrato não há limite para o fim da obra. O membro **Rui Borges** questionou em que rubrica se encontra o site da Internet e em que situação se encontram os contratos com as empresa de granito. O Presidente do executivo salientou que se disponibiliza para fazer os contratos, mas contratos com fundamento legal. A este propósito, a Dr.ª Maria João Gandra esclareceu que os contratos existentes estão todos feridos de nulidade, o que seria um factor chave para o encerramento de todas as pedreiras pelo Ministério do Ambiente.

Foi referido que as zonas envolventes das pedreiras terão de estar vedadas para delimitarem as áreas de funcionamento de cada empresa, condição necessária para obterem a escritura pública e se efectuar o contrato. O Presidente do executivo reforçou que este assunto já foi suficientemente explanado e explicado na Assembleia anterior, tendo os empresários conhecimento das condições e pressupostos para a celebração de novos contratos e da escritura pública. Nos contratos serão acauteladas as questões ambientais, caso a empresa abandone o local, de acordo com o decreto-lei 270/2001.

O membro **Luís Manuel Coutinho** fez alusão a que o referido Decreto-lei não obriga a colocação de vedações e que a caução só pode ser imposta pelo Ministério da economia. O Presidente do executivo salientou que as vedações evitariam que o entulho se espalhasse pelo baldio e por terrenos particulares, existindo bastantes queixas nesse sentido. O membro **Luís Coutinho** questionou se pelo facto das áreas não terem sido vedadas, seria factor para não se efectuar o contrato. Tendo o presidente abordado a conveniência das vedações, para desta forma confirmar as medições no sentido de respeitar as distâncias das vedações, onde não se pode explorar granito.

Ponto dois: leitura e aprovação da acta.

Não foi aprovada a acta de Dezembro, dado não ter sido apresentado o aditamento solicitado pelo membro Rui Borges. Foi aprovada por unanimidade a acta da reunião extraordinária.

Ponto três: discussão e aprovação do relatório e contas dos meses de Novembro e Dezembro de 2005.

Ninguém se pronunciou sobre o mesmo, sendo este aprovado por maioria com os votos favoráveis dos membros do PS e do CDS/PP e a abstenção dos membros do PSD.

Ponto quatro: 1ª revisão ao orçamento do ano 2006 e plano plurianual de investimentos.

O executivo esclareceu não se tratar de uma alteração, sim uma revisão pelo facto de haver necessidade de reforçar umas rubricas e diminuir noutras, motivadas pela obra da sede e as três empreitadas previstas. Acrescentou que esta revisão também se fundamenta nos honorários em dívida ao Dr. Alfredo Mendonça, no valor de cerca nove mil euros.

O membro Rui Borges questionou o executivo, sobre algumas rubricas do orçamento, nomeadamente no que se refere aos subsídios às Associações. O presidente explicou que a rubrica dos diversos sofreu um aumento para colaborar e apoiar as associações, que como se verifica, têm trabalhado e realizado um conjunto de eventos.

Colocada a 1ª revisão ao orçamento do ano 2006 e plano plurianual de investimentos, o mesmo foi aprovado por maioria com a abstenção do PSD

Ponto cinco: actividades desenvolvidas pelo executivo.

O Presidente do Executivo fez alusão aos contratos de ocupação de espaço, ao dossier do Hotel das «rãs» enviado à Assembleia Municipal e entregue no Ministério público.

Posteriormente, a Dr.ª Maria João Gandra esclareceu a Assembleia de Freguesia sobre a sentença proferida pelo Tribunal da Relação no que se refere ao processo 174/99, tendo a Freguesia perdido a acção. A Jurista explanou que a acção carecia de fundamentos, pelo que não justificava recurso para o Supremo Tribunal.

O Presidente informou que tendo recebido várias solicitações de apoio aos regadios, o executivo reuniu-se com os regantes, tendo acordado com os mesmos serem apenas apoiados com manilhas, sendo a sua colocação da sua responsabilidade. Deu conta da colocação de balizas e material didáctico nas escolas do primeiro ciclo da Vila. Relativamente ao serviço dos funcionários externos da Freguesia, fez uma exposição oral dos trabalhos efectuados pelos mesmos, tendo sido dispensada a leitura diária. Quanto ao caso do galinheiro, na Lampaça, referiu que o mesmo já fora demolido.

Finalmente, o executivo apresentou um louvor pelo trabalho e cooperação da funcionária administrativa Rosa Maria Marques.

Ponto seis: outros assuntos de interesse para a Freguesia.

Tomou a palavra um elemento do público, Agostinho Leite Oliveira, que referiu na sua intervenção, não ter sido definido em Assembleia extraordinária a obrigatoriedade de colocação das vedações para a elaboração dos contratos e escritura pública.

O Presidente alegou que esta exigência ficara estabelecida na Assembleia extraordinária realizada para discussão do assunto relativo às pedreiras.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão e lavrada a presente acta, que depois de lida e aprovada será assinada nos termos da lei.